

Escravidão & reflexão & educação (Séc. XVI-XIX)

Lizia Helena Nagel

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá,
Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá-Paraná, Brasil.

RESUMO. O trabalho tem o objetivo de recuperar os discursos dos que viveram a escravidão, nos séculos XVI, XVII e início do século XVIII, e dos que falaram sobre ela, principalmente no século XIX, no Brasil. Pretende problematizar a questão das análises sobre o escravismo, uma vez que este é visto ora como instrumento que possibilita a riqueza social, ora como um erro que garante a pobreza e a injustiça. Sugerindo estudos que respondam a perguntas como a) quais as determinantes de análises tão diversas, ou b) quais os fundamentos teóricos das análises éticas que não levam em consideração o comportamento humano enquanto histórico, ressalta-se a importância, para os educadores, do aprofundamento sobre a qualidade e/ou as características dos discursos que são, atualmente, consumidos.

Palavras-chave: escravidão, história, tendência teórica.

ABSTRACT. Slavery: reflection and education. This paper retrieves the discourses of those who lived in slavery in the 16th, 17th and beginning of the 18th centuries and of those who talked about it especially in 19th century Brazil. It problematizes the analysis on slavery, since slavery is sometimes seen either as an instrument to social wealth or as a mistake which warrants poverty and injustice. While suggesting studies that would answer such questions as a) what are the reasons for such different analyses, or b) which are the theoretical basic issues of ethical analysis that would not take into consideration human behavior embodied in history, its great importance is enhanced so that educators would deepen their analyses on the quality and characteristics of discourses that are being consumed at present.

Key words: education, history, slavery, theoretical tendency.

Este trabalho é, de fato, o resultado da derivação de estudos feitos para a pesquisa intitulada *Educação escolástica no Brasil colônia: por quê?*, apresentada no II Congresso Ibero-Americano de Historia de La Educación Latinoamericana, em 1994, em Campinas.

A forma que aqui tomou deveu-se à intenção de oferecer aos alunos dos cursos de Pedagogia e/ou de Formação de Professores uma alternativa simples, não-convencional, de aprofundamento da nossa História, que fizesse frente à tendência teórica crescente que, por privilegiar o pontual, objetiva, quase sempre, a segmentação ou a parcialização do saber.

A organização deste texto também foi movida pelo desejo de despertar nos discentes um interesse pelas obras capazes de mostrar as lutas de outras épocas, que costumam desaparecer diante dos olhos, geralmente obliterados por preocupações ou necessidades contemporâneas.

Acreditamos, por princípio, que os que viveram e expuseram as ansiedades ou necessidades de um determinado período histórico foram capazes de

registrá-las com convicção e segurança, tornando-as, assim, mais inteligíveis para nós do que quando somos informados delas apenas por intérpretes ou fontes secundárias. O contato direto com uma literatura redigida por sujeitos que protagonizaram uma determinada prática social parece-nos favorecer uma melhor compreensão dos processos encaminhados por uma sociedade, porque essa leitura não deixa de trazer a presença viva de homens que falam de seus esforços para desenvolverem uma determinada sociedade.

Nessa perspectiva de não dar às transformações sociais nenhuma característica teleológica, mas sim de muita luta, já que todos os homens estão envolvidos na estruturação social, é que selecionamos trechos de cartas, documentos, depoimentos, relatórios, discursos, análises da classe dirigente do país, tanto os redigidos à época da apologia da escravatura no Brasil quanto os que sobrevieram a essa época, quando o escravismo passa a ser, gradativamente, abominado pela sociedade.

Os excertos selecionados foram escolhidos para que possam ser postos lado a lado, para que épocas diferentes possam ser cotejadas pelos leitores. Declarações de homens que marcaram os séculos XVI, XVII e início do século XVIII são postas em paralelo com os depoimentos de estadistas e/ou intelectuais que se notabilizaram a partir do século XIX.

As reflexões sobre as diferenças entre o pensamento daqueles que viveram a escravidão e as idéias daqueles que falaram sobre ela ficam, em grande parte, em nosso texto, por conta do leitor. É justamente para incentivar os discentes ao aprofundamento dos motivos que, aparentemente, levam a humanidade a ter depoimentos tão antagônicos que este documento se presta. Afinal, o que mobiliza os homens a terem ora o escravismo como um instrumento de desenvolvimento, de civilização, ora como instrumento de barbárie, estagnação, e/ou arbitrariedade?

Considerando que, em um momento, a escravidão é vista como uma condição que possibilita a riqueza e não é obstaculizada por qualquer princípio religioso, e que, em outro, é percebida como um erro que garante o passaporte para a pobreza e consolida uma prática social injusta, questiona-se o ensino que não levanta questões sobre os determinantes históricos desses posicionamentos, em geral vistos, fenomenicamente, apenas como em oposição. Nossa preocupação é com o ensino que - no interior dos procedimentos educacionais, submerso no ideário de igualdade dos homens e/ou de justiça social do século XIX, que é desenvolvido a partir da Primeira Revolução Industrial e da Revolução Francesa, - desestoricizando as possibilidades concretas de ação de uma sociedade no seu tempo, termina por transformar a ética em estratégia para julgar, moralmente, as práticas do passado.

Dando algum suporte para que esta reflexão possa estender-se, passamos a transcrever, em primeiro lugar, excertos dos colonizadores, que assinalaram as práticas mais importantes para a sobrevivência e/ou o desenvolvimento, na Colônia. A seguir, registramos observações de brasileiros que, já caracterizando o escravismo como um entrave para o desenvolvimento e o progresso, induzem a que se pense na libertação dos escravos essencialmente como um dever de justiça ou como uma consequência de uma vontade política correta. Passemos aos dados.

Desenvolvimento

A fala dos colonizadores

Não poderíamos deixar de iniciar o rastreamento das idéias sobre o escravismo, expostas entre os

séculos XVI e XVIII, sem citar os primeiros e mais conhecidos jesuítas, que sempre tiveram uma consciência histórica muito apurada. Manuel da Nóbrega, (1517- 1570), por exemplo, nos mostra a necessidade de se ter escravos:

*O Collégio da Bahia seja de Vossa Alteza para o favorecer porque está já bem principiado e haverá nelle vinte meninos pouco mais ou menos, e mande ao Governador que faça casas para os meninos, porque as que têm são feitas por nossas mãos e são de pouca duração e **mande dar alguns escravos de Guiné á casa para fazerem mantimentos...*** (Cartas do Brasil, 1549-1560, p. 126) (O grifo é nosso)

Nenhuma contestação ao escravismo nessa carta, datada de 1551, a *El-Rei-D.João III*, nem em qualquer outro momento. Aliás, nem em Nóbrega, nem em qualquer outro leigo da época encontramos posicionamentos contrários a quaisquer processos violentos que costumavam caracterizar o início da era moderna, principalmente quanto àqueles que diziam respeito aos métodos de disciplinarização para o trabalho. A produção do medo era vista como um instrumento útil, indispensável, para o necessário *amansamento* dos que poderiam ameaçar a frutificação da nova era.

Também em Carta ao Mestre Simeão, Nóbrega fala da importância de se ter não só escravos como também feitor:

*Alguns escravos destes, que fiz mercar para a casa, são fêmeas, as quaes eu casei com os machos e estão nas roças apartados todos em suas casas, e **busquei um homem leigo, que delles todos tem cuidado e os rege e os governa**, e nós com elles não temos conta, e com o homem nos entendemos, e o homem com elles. A causa por que se tomaram fêmeas é porque **d'outra maneira não se pôde ter roças nesta terra**, porque as fêmeas fazem a farinha, e todo o principal serviço e trabalho é dellas; os machos sómente rogam, e pescam e caçam, e pouco mais; (...)* (Id. ibid. p. 139) (O grifo é nosso)

Ainda analisando os hábitos da terra, diz Nóbrega ao Pe. Simão Rodrigues, em 1550:

*...Os homens que aqui vêm **não acham outro modo sinão viver do trabalho dos escravos** que pescam e vão buscar-lhes o alimento...* (Id. ibid. p. 110) (O grifo é nosso)

Naturalizando o escravismo e, conseqüentemente, acreditando apenas em medidas religiosas/espirituais para os cativos, o Pe. Leonardo Valle, em uma carta de 1565, que não tem conteúdo muito diferente de tantas outras de muitos missionários da época, afirma:

*Os engenhos, em que há muita escravaria **que carece da doutrina e saber necessário a sua salvação**, se visitam algumas vezes por Padres linguas, quando ha*

oportunidade e a necessidade o requer, de que assim eles como seus senhores mostram grande contentamento e gratidão (...) em suas enfermidades pedem com instância confissão e ajuda para bem morrer. (In: Azpilcuete Navarro, Cartas jesuíticas 2, p. 475) (O grifo é nosso)

Aceitando, também de modo natural, as impossibilidades de tempo dos escravos para uma dedicação maior à doutrina cristã, o Pe. Antônio Gonçalves justifica essa falta de zelo religioso em nome do trabalho necessário e compulsório, dizendo, em 1566:

Com a escravaria da terra se ha feito e faz muito fruto; acodem bem á doutrina que se lhes cada dia faz; principalmente aos domingos e santos ha mais concurso delles, porquanto polos outros dias, andando occupados com seus senhores nas roças, não têm tanto vagar pera isso. (Id. Ibid, p. 504) (O grifo é nosso)

Também Frei Vicente do Salvador (1564-1639) analisa a organização e o desenvolvimento da colônia da mesma forma que outros religiosos ou leigos. Declara ele em seu livro:

E assim não havia branco, por pobre que fosse, nesta capitania [de Tamaracá], que não tivesse vinte ou trinta negros destes, de que serviam como cativos, e os ricos tinham aldeias inteiras. (História do Brasil: 1500-1627, p. 126) (O grifo é nosso)

Fernão Cardim (1540?-1625), por outro lado, confirma o pensamento produzido no interior do desenvolvimento da sociedade escravista, falando:

Os moradores desta costa do Brasil todos tem terras de sesmaria dadas e repartidas pelos capitães da terra, e a primeira cousa que pretendem alcançar são escravos para lhes grangear as suas roças, porque sem eles não se podem sustentar na terra. (Tratados da terra e gente do Brasil, p. 123) (O grifo é nosso)

Sem poder precisar as datas de tal depoimento, mas apenas registrando que Pero de Magalhães Gandavo viveu provavelmente na segunda metade do século XVI, temos mais uma testemunha de que, para os moradores das capitanias do Brasil, ter escravos era um ato de inteligência. Afirma ele:

E a primeira cousa que pretendem adquirir são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas e si humia pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meia duzia delles (ainda que outra cousa nam tenha de seu) logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família (...) Pois daqui se póde inferir quanto mais serão acrecentadas as fazendas daquelles que tiverem duzentos, trezentos escravos, como ha muitos moradores na terra que nam tem menos desta contia, e dahi pera cima. (História da provincia de Santa Cruz, p. 93/4) (O grifo é nosso)

Já representando o século XVII, Pe. Antônio Vieira (1608-1697) nos explica a importância do escravismo. Fazendo uma série de reflexões, Vieira, sem nenhum misticismo, estabelece uma relação entre riqueza e trabalho (físico). A *força de trabalho* (escrava, no caso) não é só vista como indispensável para o desenvolvimento das províncias, mas é entendida como a *principal riqueza do Brasil*. Diz ele:

Dirão porventura (como dizem) que estes cativeiros, na forma em que se faziam, depende a conservação e aumento do estado do Maranhão; (...) (Obras escolhidas, vol III, Cartas (III) p. 220). (O grifo é nosso)

Ou, escreve:

No Estado do Maranhão, Senhor, não há outro ouro nem outra prata mais que o sangue e o suor dos índios. O sangue se vende nos que se cativam, e o suor se converte no tabaco, no açúcar e nas mais drogas que com os ditos índios se lavram e fabricam. (In: Obras escolhidas, prefácio de Antonio Sérgio, vol II, Cartas (I), p. XCIV) (O grifo é nosso)

Ou, ainda;

(...) só o corpo do escravo (...) é o que deu a fortuna ao senhor. (Obras escolhidas, vol XII, p. 338/9) (O grifo é nosso)

Mostrando que não apenas ministros da Igreja, comprometidos ou não com a coroa portuguesa, faziam essas análises objetivas, transcrevemos alguns trechos de um discurso de Maurício de Nassau, de 1638, sobre o estado das quatro capitanias conquistadas pelos holandeses, na parte setentrional do Brasil:

Sem tais escravos não é possível fazer alguma coisa no Brasil: sem eles os engenhos não podem moer, nem as terras cultivadas, pelo que, necessariamente deve haver escravos no Brasil e por nenhum modo podem ser dispensados: ***se alguém sentir-se nisto agravado, será um escrúpulo inútil.***

Como o Brasil não pode ser cultivado sem negros e sendo necessário que haja um grande número deles (porquanto todo o mundo se queixa da falta de negros) é muito preciso que todos os meios apropriados se empreguem para o respectivo tráfico na costa da África (Fontes para a história do Brasil holandês. 1. A economia açucareira, Documento 5, p. 108)

Assim os que pretendem fixar-se no país devem trazer bens e, para serem bem sucedidos, devem comprar alguns negros, porque sem negros nada se pode cultivar aqui, e nenhum branco - por mais disposto ao trabalho que tenha sido na Pátria - se pode dedicar no Brasil a trabalhos tais, nem mesmo

consegue suportá-los: (...) (Id. ibid p. 180) (O grifo é nosso.)

O pensamento da época é uniforme, e Antonil (1650-1716), com sua célebre frase, resume a realidade da forma de trabalho vigente, considerada a única forma para sobrevivência e desenvolvimento da riqueza:

Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles não é possível fazer, conservar e aumentar a fazenda, nem ter engenho corrente. (Cultura e Opulência do Brasil, p. 89) (O grifo é nosso)

Reconhecendo em Benci (1650- 1708) e em Azeredo Coutinho (1743-1821), ambos defensores do escravismo, um discurso um pouco diferente em relação aos já apresentados, lembramos que, se o primeiro inicia, de forma sistemática, o aconselhamento à moderação no trato com os escravos, esse aconselhamento tem, fundamentalmente, o intuito de melhor preservar a riqueza do próprio senhor. O tratamento mais humano sugerido por BENCI está, de fato, imbricado na preocupação pelo não-empobrecimento da classe dirigente ou na tentativa de evitar gastos supérfluos aos senhores de engenho. Diz ele na *Introdução* de sua obra:

1. Que sendo o gênero humano livre por natureza, (...) chegasse grande parte dele a cair na servidão e cativo, ficando uns senhores e outros servos, foi sem dúvida um dos efeitos do pecado original de nossos primeiros pais Adão e Eva, donde se originaram todos os nossos males. (Economia cristã dos senhores no governo dos escravos, p. 47) (O grifo é nosso)

A consciência sobre as classes sociais começa a emergir diante do desenvolvimento da sociedade. A espontaneidade de outrora para relatar uma prática social vai cedendo lugar a uma forma mais elaborada de raciocínio, que agora precisa começar a explicar sob quais razões se funda a escravidão. A justificativa religiosa ou econômica começa a ser apresentada quando se inicia o processo de deterioração dessa forma de organização do trabalho.

Nesse ponto, Azeredo Coutinho é indispensável para se entender essas transformações. Inteligentemente organiza, à época, um discurso para resguardar uma situação que a história (ainda que de modo longínquo) prenuncia em processo de mutação. E, com um discurso absolutamente claro, frio, objetivo, sem medo, ele diz:

E por que se não há de reconhecer como justa ou ao menos como obrigatória a lei da escravidão, quando assim o pede o bem desta ou daquela sociedade ou nação? (Obras econômicas, p. 253/4)

(...)

O trabalho exposto às inclemências do tempo é sempre obrigado pela força, ou seja de um estranho, ou seja da fome (...) (Id. ibid, p. 255)

O homem que só tem de seu o seu braço se vê obrigado pela fome a pedir ao proprietário que o deixe cultivar a terra de que ele é proprietário, para do trabalho do seu braço viverem ambos; logo um tal trabalhador é só livre de nome, mas, na realidade, escravo da força da fome, pois que ainda que lhe seja livre o mudar de amo, por não dizer de senhor, a sua condição, contudo, é sempre a mesma, e muito inferior à de seu amo: um vive no meio da abundância, do luxo e da moleza, o outro rebentado com o trabalho, exposto a todas as inclemências do tempo para ter o absolutamente necessário para sustentar a vida: (...) (p.256)

(...)

Esta tão grande diferença, por não dizer desigualdade de direitos provenientes do direito de propriedade e esta tão grande ferida ou exceção feita na lei geral da natureza, que fez tudo para todos, é contudo reconhecida por todas as nações e em todos os tempos como justa e necessária para o maior bem dos mesmos homens no estado da sociedade ou em corpo de nação; (...) (Id. ibid. p. 257/8)

Ainda que acusado de ideólogo do escravismo, Azeredo Coutinho traz, em suas reflexões, algo novo, que não aparecerá na fala dos que se lhe oporão. Embora defendendo e naturalizando a forma escravista do trabalho, ele denuncia que *o homem que só tem de seu o seu braço se vê obrigado pela fome a pedir ao proprietário que o deixe cultivar a terra...* Mais do que para a mera forma, ele aponta para aquilo que antecede à própria forma da organização do trabalho: a propriedade. O que os abolicionistas esquecerão.

A fala dos abolicionistas

Sem negar a importância de muitos outros intelectuais ou políticos que falaram contra a escravidão, a partir do final do século XVIII, selecionamos os seguintes autores, que consideramos bastante significativos para encaminhar nossa questão: José da Silva Lisboa, ou Visconde de Cairu (1756-1835), José Bonifácio da Silva (1765-1838), Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), Perdígão Malheiros (1824-1881), Tavares Bastos (1839-1875) e Joaquim Nabuco (1849-1910), todos da classe dominante, tal como os colonizadores que foram selecionados para expressar o pensamento da época anterior.

A oposição de Cairu ao escravismo já nos remete, indiretamente, a uma das características predominantes dos discursos a partir do século XX: a defesa de determinadas idéias através de princípios morais. Quer para afirmar práticas ou valores novos que estavam sendo gestados, quer para negar outros que estavam

sendo defendidos por grupos considerados retrógrados, a invocação de termos como justiça, danos, atraso, despotismo, insensibilidade, entre outros, prolifera nas argumentações. Vejamos como CAIRU defende suas idéias:

Os reinos em que se adotou o justo sistema abolição da escravatura, são distintos por superior indústria, e conseqüente riqueza e civilização, a despeito do que ainda conservam restos do antigo barbarismo... (Estudos do bem comum e economia política, p. 370) (O grifo é nosso)

(...)

(...) Os Estadistas do século da introdução dessa política [escravocrata] não previram as conseqüências dos perigos, inconvenientes e danos, (...) à maneira da Índia, opondo fortíssimo e perpétuo obstáculo ao desenvolvimento da indústria inteligente. (Id. ibid, p. 385/6). (O grifo é nossos)

José Bonifácio da Silva, na esteira dos defensores da abolição da escravatura, com pequenas peculiaridades, reforça o estilo emocional dos discursos contemporâneos. Afirma ele:

(...) É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porto de nossos navios, mais apionhados que fardos de fazenda; é preciso que cessem de uma vez por todas essas mortes e martírios sem conta, com que flagelávamos desgraçados em nosso território. É tempo, pois, e mais tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carnicero; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. (In: O pensamento vivo de José Bonifácio, organizado por José Tarquínio de Souza, p. 34/5) (O grifo é nosso)

Após o apelo emocional, o apelo econômico. Continua ele:

Com efeito, imensos cabedais saem anualmente deste império para a África; e imensos cabedais se amortizam dentro deste vasto País pela compra de escravos que morrem, adoecem, e se inutilizam e demais pouco trabalham. (Id. ibid, p. 35) (O grifo é nosso)

Causa raiva, ou riso ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas muars... (Id. ibid, p. 38)

(...)

A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos não dá os lucros com que os homens ignorantes e fantásticos se iludem. (Id. ibid, p.38)

Os contemporâneos abusam, de fato, não só das imprecisões e das acusações. Perdigão Malheiros, por exemplo, acentua uma outra característica que vai se tornar um hábito na literatura: a denúncia dos erros do passado! Escreve ele:

Os colonos, desgraçadamente introduzidos pela metrópole, segundo um grande erro econômico daqueles tempos, foram escravos negros, para suprir de braços os povoadores e substituir os índios sempre em revolta, quase extintos mais tarde e por fim declarados livres. Legado funesto... (A escravidão no Brasil. Ensaio histórico, jurídico e social, p. 131) (O grifo é nosso)

Cada vez mais, o passado passa a ser visto como uma sequência de erros, e o presente, é claro, como o patamar dos acertos, da verdade, da infalibilidade. A história enquanto a prática dos homens em movimento, parece-nos, começa a morrer nessa hora. E nisso ajuda Tavares Bastos, quando acentua:

(...) o elemento mais triste que entrou na envenenada composição dessa sociedade brasileira, a escravatura, não só a escravatura dos indígenas, como depois a dos africanos importados. Alteração completa da ordem natural do trabalho, e maior corrupção dos costumes, eis os próximos resultados do novo elemento. (Os males do presente e as esperanças do futuro, p. 29/30)

Adentrando cada vez mais na dimensão política e/ou jurídica, abandonando as análises econômicas que já haviam registrado a questão das classes e/ou da propriedade, podemos encontrar em Nabuco indícios da nova forma de analisar os erros dos antepassados: denunciam-se (apenas) a classe dirigente e a nação portuguesa como responsáveis jurídicos pelo crime de encontrar-se o Brasil fora do ranking internacional dos países (capitalistas) mais industrializados. Por último, deixemos este intelectual falar:

Se Portugal tivesse tido no século XVI a Intuição de que a escravidão é sempre um erro, e força bastante para puni-la como um crime, o Brasil não se teria tornado no que vemos; seria ainda, talvez, uma colônia portuguesa, o que eu não creio, mas estaria crescendo sadio, forte e viril como o Canadá e a Austrália. (O abolicionismo, p. 138) (O grifo é nosso)

Estava aberto o caminho para as análises a serem feitas no século XX, ligadas às teorias dependentistas. Fica aberto o caminho para novas investigações.

A guisa de conclusão

Nesta alternativa não muito convencional de induzir uma reflexão mais aprofundada sobre o escravismo no Brasil pretendemos, também, que seja percebido o quão importante é explorar questões como essa para falarmos com mais objetividade

sobre a educação. Consideramos vital para o ensino a clareza sobre a qualidade ou sobre as características dos discursos que consumimos.

O que importa, neste momento, é que os educadores tenham sempre em vista o interesse em desvendar os determinantes de análises tão diversificadas, assim como em estabelecer relações mais amplas entre uma época histórica e outra.

Referências bibliográficas

- Antonil, A.J. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982.
- Benci J. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo, 1977.
- Cairu, J.S.L. Visconde de. *Estudos do bem comum e economia política*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- Cardin, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1939.
- Coutinho, J.J.C.A. *Obras econômicas*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1966.
- Gandavo, P.M. *Tratado da terra do Brasil: história da província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.
- Gonçalves, A. Pe. Carta de Porto Seguro (1566). In: Azpilcuete Navarro et al. *Cartas jesuíticas 2. Cartas avulsas*. São Paulo; Itatiaia: Edusp, 1988, cap. LV, p. 475.
- Malheiros, P. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico e social. Petrópolis: Vozes; Brasília: Ed. Nacional/INL, 1976.
- Nabuco, J. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes/INL, 1977.
- Nassau, M. *Fontes para a história do Brasil holandês - 1: a economia açucareira*. Textos editados por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife: Cia. Editora de Pernambuco. 1981.
- Nóbrega, M. *Cartas do Brasil 1549-1560 - Cartas jesuítas I*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- Salvador, V. Frei. *História do Brasil 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- Silva, J.B. *O pensamento vivo de José Bonifácio*. São Paulo: Martins Fontes, [19--].
- Valle, L. Pe. Carte de São Vicente (1565). In: Azpilcuete Navarro et al. *Cartas jesuíticas 2. Cartas avulsas*. São Paulo; Itatiaia: Edusp, 1988, cap. LV, p. 475.
- Vieira, A. Pe. *Obras escolhidas: cartas (I, III)*. Lisboa: Sá da Costa, 1951. v. II, III, XII.

Received 12 December 1996.

Accepted 26 February 1998.